

FAMÍLIA ESCRAVA EM IMPÉRIOS AGRÁRIOS

O CASO DA FAZENDA GUARIBÚ

SLAVE FAMILY IN AGRARIAN EMPIRES

THE CASE OF GUARIBÚ PLANTATION

MARIANA MUAZE | Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pós-doutora pela Universidade de Michigan. É “Jovem Cientista do Nosso Estado”.

RICARDO SALLES | Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq).

RESUMO

O presente artigo analisa as famílias escravas em grandes propriedades rurais, verdadeiros impérios agrários do Vale do Paraíba fluminense, ao longo do século XIX. Para tanto, faz um estudo de caso das propriedades dos Gomes Ribeiro de Avelar, acompanhando as famílias escravas ali estabelecidas entre 1841 e o final do Império.

Palavras-chave: segunda escravidão; Vale do Paraíba; família escrava; impérios agrários.

ABSTRACT

This article analyzes slave families in large plantations, big agrarian empires, in the Vale do Paraíba fluminense, throughout the 19th century. Based on a case study of the Gomes Ribeiro de Avelar properties, it was possible to follow different slave families between 1841 and the end of the Empire.

Keywords: second slavery; Vale do Paraíba; slave family; agrarian empires.

RESUMEN

Este artículo analiza las familias de esclavos en grandes plantations, verdaderos imperios agrarios del Vale do Paraíba fluminense, durante todo el siglo XIX. Por lo tanto, se hace un estudio de caso de las propiedades de Gomes Ribeiro Avelar, siguiendo las familias de esclavos establecidos allí entre 1841 y el final del Imperio.

Palabras clave: segunda esclavitud; Vale do Paraíba; familia esclava; imperios agrarios.

A fazenda Guaribú foi a principal propriedade da casa familiar dos Gomes Ribeiro de Avelar. Em 1811, ao desfazer sua sociedade com a sogra d. Antônia Ribeiro de Avelar no que competia às terras do Pau Grande, Luís Gomes Ribeiro foi morar no Guaribú com a esposa Joaquina Matilde de Assunção e os dois filhos mais velhos.¹ A escravaria da fazenda começou a ser comprada já nesta época. Trinta anos depois, em 1841, o inventário de Luís Gomes Ribeiro assinalou que ele possuía 411 escravos, 64 deles doados em vida. A fazenda Guaribú contava com 244 escravos, 119 mil pés de café, além de duas casas de vivenda, uma casa de recolher café, um engenho com pilões de oito mãos, um paiol de sete lances, dois moinhos, um engenho de serrar, uma olaria de telhas, um engenho de cana e aguardente.²



Fazenda Guaribú, Vassouras. Fotografia da década de 1970, Arquivo do Inepac.

Pouco antes de redigir seu testamento, em 1829, Luís adquiriu o sítio dos Encantos, contíguo à Guaribú com a finalidade de plantar café (Borges; Salles, 2015). Em 1841, ele contava com mais 103 escravos, 109 mil cafeeiros, uma casa de vivenda, um paiol, um moinho d'água, um ventilador de secar café, um engenho de pilões e outro de farinha de mandioca com roda d'água.³ O conjunto dessas propriedades formou um grande complexo cafeeiro que acom-

1 A fazenda Guaribú pertencia à imensa sesmaria do Pau Grande, fundada ainda no século XVIII. Em 1798, com a morte de um de seus donos, Antônio Ribeiro de Avelar, a propriedade ficou para a viúva d. Antônia. Luís Gomes Ribeiro, seu sobrinho e genro, adquiriu as terras do Guaribú e passou a administrar a Pau Grande ao lado da sua sogra. Em 1811, após um desentendimento, foi com a esposa Joaquina Matilde e os dois filhos para o Guaribú (Muaze, 2008; Moraes, 1994).

2 Inventário de Luís Gomes Ribeiro, 1841, Arquivo do Iphan-Vassouras.

3 Testamento de Luís Gomes Ribeiro, 1829, Arquivo do Iphan-Vassouras.

panhou a transformação do Vale do Paraíba fluminense na principal região produtora de café nos quadros da segunda escravidão e do avanço do capitalismo mundial. Nos anos de 1840, o café já era o mais importante produto de exportação da balança comercial brasileira, com cem mil toneladas anuais, cifra que dobrou na década seguinte. Concomitantemente, os números do tráfico africano de escravos saltaram de 34.115 cativos desembarcados em 1810, para 52.430 em 1830 (Luna; Klein, 2010, p. 105). As lavouras cafeeiras serra acima eram o principal destino dessa mão de obra (Parron, 2011).

Em 1841, todos os 411 escravos de Luís Gomes Ribeiro de Avelar moravam em sete senzalas “dispersas, cobertas de telhas, com janelas e cozinha”, que atendiam tanto às terras do Guaribú, quanto ao sítio dos Encantos. Embora falassem línguas diferentes e pertencessem a sistemas culturais diversos, grande parte desses escravos constituiu laços familiares, redes de parentesco, compadrio e solidariedades como formas de sobreviver à pesada experiência do cativo, como é possível apreender de seu inventário.⁴ Neste documento, se encontram listados 35 casais de escravos, sendo cinco uniões entre africanos e crioulos e trinta entre africanos. A família escrava foi preservada mesmo com o falecimento do patriarca, em 1839, e de sua esposa Joaquina Matilde de Assunção em 1847.⁵

No que concerne à estratégia da divisão dos bens familiares, é interessante perceber que o filho Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, futuro barão do Guaribú, concentrou a posse da escravidão, das terras do Guaribú e dos Encantos, herdando 56 escravos do pai e, anos mais tarde, 70 da mãe (Borges; Salles, 2015). Essa continuidade, bastante comum em *plantations* como já demonstrado pela historiografia (Garavazo, 2004; Motta, 1999; Engeman, 2006; Santos, 2011), deu uma grande estabilidade às famílias escravas ali existentes. Em 1863, quando o inventário de Cláudio foi aberto, encontramos 48 casais reconhecidamente listados na Guaribú, sete nos Encantos e quarenta no sítio das Antas e na Boa União, novas propriedades por ele adquiridas, além de vários descendentes dos escravos que habitavam a fazenda desde 1841.⁶

O que esses dados mostram é que a família escrava foi uma realidade no ambiente rural, onde vivia a maioria dos cativos do século XIX brasileiro. Mais ainda, demonstram que a família cativa tinha uma forte presença mesmo nas áreas de *plantation*. Como tudo mais no mundo da escravidão, essa realidade integrava um contexto histórico complexo que envolvia desde as relações cotidianas entre senhores, feitores, agregados, outros empregados livres e escravos, no caso das médias e grandes propriedades, até os acontecimentos e processos políticos, econômicos e culturais que se desenrolavam nos planos regional, nacional e mesmo internacional. Nesse sentido, buscar um único significado para a existência da família escrava – se preponderantemente um ato de resistência, estruturante de uma identidade escrava antissenhorial, ou um capital político dos senhores para assegurar a “paz das senzalas” – pode conduzir a falsos dilemas (Salles, 2008; Slenes, 1999; Florentino; Góes, 1997).

4 Inventário de Luís Gomes Ribeiro, 1841, Arquivo do Iphan-Vassouras.

5 Inventário de Joaquina Matilde de Assunção, 1847, Arquivo do Iphan-Vassouras.

6 Testamento de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, 1863, Arquivo do Iphan-Vassouras.

A família escrava podia ser uma coisa e outra, ao mesmo tempo. Seus significados, ainda que imersos em correlações de força mais abrangentes sempre desiguais, amplamente desfavoráveis aos escravos e, portanto, no interior de determinados condicionantes estruturais do que poderíamos chamar de um modo de dominação escravista, variaram conforme o desdobramento das conjunturas socioeconômicas, culturais e políticas. Condições amplas, como a estabilidade ou a instabilidade política nacional e a maior ou menor condenação ativa da escravidão no cenário internacional, por exemplo, influenciavam as relações entre senhores e escravos e, conseqüentemente, os significados da família escrava. Aspectos ainda que abrangentes, porém mais diretamente concernentes às relações entre senhores e escravos, como a vigência ou não do tráfico internacional, contribuía também para moldar esses significados.

No plano ainda mais imediato e no caso da economia do café na bacia do rio Paraíba do Sul, o momento econômico em que se encontrava determinada região – se de implantação, expansão, grandeza ou decadência – igualmente afetava as relações entre senhores e escravos (Slenes, 1986; Salles, 2008). Mas, no final, as relações entre senhores e escravos, e os significados da família escrava, reduziam-se ao mundo concreto desse e daquele senhor, desses ou daqueles escravos, ainda que sempre sem perder de vista as condições mais amplas, mencionadas acima, que muitas vezes escapavam à compreensão imediata desses agentes, principalmente dos escravos.

Este artigo discute as condições de existência e reprodução de famílias escravas nas condições do que chamaremos de impérios agrários, mais especificamente a partir do estudo da escravaria da fazenda Guaribú. Esta escolha se justifica por dois fatores principais. Primeiro, trata-se de uma das mais antigas propriedades do médio Vale do Paraíba, tendo começado a produzir ainda na segunda década do oitocentos. Segundo, a fazenda Guaribú foi avaliada oficialmente cinco vezes ao longo do século XIX: nos inventários de Luís Gomes Ribeiro (1841), de d. Joaquina Matilde de Assunção (1847), sua esposa, e do filho e herdeiro daquelas terras Cláudio Gomes Ribeiro (1863), sendo que este último teve seu monte-mor reavaliado nos anos de 1874 e 1885 devido à contestação de seu testamento pelos irmãos (Salles, 2012).⁷ Portanto, a análise dessa documentação permite acompanhar como a família escrava, em suas diferentes composições, se alterou no tempo e no espaço dentro de uma mesma estrutura de *plantation* desde a montagem e estabilização da produção cafeeira no Vale do Paraíba fluminense, nos anos de 1840, até a chamada crise da escravidão na década de 1880 (Tomich, 2011; Marquesse; Tomich, 2015).

7 Solteiro, ao falecer, Cláudio beneficiou seus filhos com a escrava Maria das Antas, mas não reconheceu as paternidades. Deixou a Manoel, Luís e João Gomes Ribeiro de Avelar, “nascidos todos de ventre livre”, três de suas quatro fazendas: Boa União, Antas e Encantos. Mas, a Guaribú ficou para sua família de origem. Os filhos ficaram ainda com 120 escravos da Guaribú e a filha Virgínia com trinta contos de réis para quando casasse. Como eram menores, nomeou-se um tutor e a partilha se estendeu até a década de 1890 (Borges; Salles, 2015).

OS IMPÉRIOS AGRÁRIOS

Os inventários *post mortem* do município de Vassouras durante o século XIX revelaram um perfil da propriedade escravista na região, ao mesmo tempo, disperso e bastante concentrado. Havia proprietários de um ou dois escravos e proprietários de centenas deles. Por meio da análise da coleção de 921 inventários, depositados no antigo Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra, foi possível estabelecer cinco categorias de proprietários de acordo com o tamanho de seus plantéis. Retirados os 2% que não possuíam escravos, temos: 16% de miniproprietários, donos de um a quatro cativos, que, em conjunto, possuíam apenas 1% do total de escravos do município; 39% de pequenos proprietários, com 5 a 19 cativos, correspondendo a 11% do total; 22% de médios proprietários, com 20 a 49 escravos, com 18% dos cativos; 12% de grandes proprietários, com 50 a 99 escravos, equivalendo a 22% dos escravos. Por fim, encontramos os megaproprietários, com cem ou mais escravos, representando apenas 9% dos proprietários e concentrando 48% de todos os cativos do município (Salles, 2008). Portanto, grandes e megaproprietários em conjunto possuíam 70% dos escravos de Vassouras, demonstrando uma grande concentração de terras e mão de obra na região. Foi nessas propriedades que encontramos as condições nas quais a maioria dos cativos constituíram suas famílias.

Luís Gomes Ribeiro de Avelar e seu filho Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, o barão de Guaribú, foram dois desses megaproprietários. Na verdade, o barão de Guaribú foi o maior deles. Com 835 escravos e quatro fazendas quando morreu, em 1863, ele construiu o maior império agrário do município de Vassouras. Consideramos um império agrário como um domínio individual ou familiar, ou mesmo uma combinação entre essas duas formas, composto por grandes propriedades trabalhadas por 350 escravos ou mais. Em conjunto, terras e escravos constituíam mais de 60% do valor das fortunas de seus proprietários. Fortunas essas de grandeza ímpar em seus municípios, províncias e, eventualmente, no próprio Império.

A expressão império agrário foi cunhada pelo historiador William Kauffman Scarborough (2006) em sua análise da elite escravista do sul dos Estados Unidos, tendo por base os censos agrários do século XIX. Scarborough utilizou o limite de 250 escravos para o estabelecimento de um império agrário nos diferentes estados americanos. Contudo, resolvemos elevar este patamar para 350 escravos em se tratando da bacia do Paraíba fluminense, considerando que as formas de concentração da riqueza mudam, no contexto da segunda escravidão, de uma região escravista para outra. Portanto, a partir do perfil dos 71 megaproprietários encontrados em Vassouras entre os anos de 1829, quando aparece o primeiro deles, e 1885, quando se registra o último, estabelecemos quais destes estariam no topo da hierarquia a partir de suas escravarias. Encontramos 47 megaproprietários com cem a 199 cativos, 17 com duzentos a 350, e apenas 12 com índices maiores que 350.⁸ Dessa forma, a opção pelo corte de 350 escravos advém do resultado das avaliações dos inventários em Vassouras, mas admitimos que com a

8 Estudos iniciais para Valença, Pirai, São João do Príncipe e Cantagalo apontam que os impérios agrários podem ser redimensionados para quatrocentos escravos. Em Vassouras, encontramos os seguintes impérios agrários: baronesa de Campo Belo, barão da Guanabara, Ana Joaquina de São José Werneck, Luís Gomes Ribeiro, Manoel Francisco Xavier, Elisa Constança de Almeida, Ana Joaquina de São José, Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e barão do Capivary.

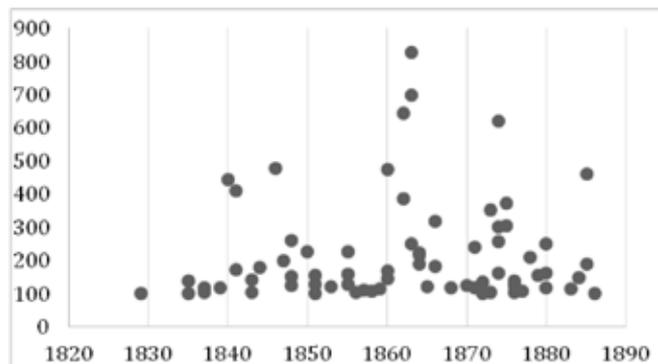
expansão dos dados para outras áreas do Vale fluminense – tais como Piraí, Valença, Cantagalo – esse índice pode aumentar.

Os donos ou patriarcas desses impérios agrários eram verdadeiros potentados rurais, com grande poder, influência local e provincial. Ainda que quase sempre dedicados à administração e ao governo de seus impérios, eventualmente estendiam sua influência, por laços de família, amizade e alianças, à camada de dirigentes do Império. Por sua forma de riqueza e poder, sua dependência do trabalho escravo, seus comportamentos, hábitos e valores sociais compartilhados, sua adesão e apoio ao regime monárquico, coletivamente, formavam o núcleo da classe senhorial de grandes proprietários rurais escravistas, comerciantes e financistas ligados a seus negócios e dirigentes imperiais que governavam com o norte de sua bússola econômica e social.

Por conta dessa relação, muitos ganhavam títulos, não hereditários, normalmente associados aos nomes de suas propriedades ou das localidades em que tinham sabida preeminência. Esses títulos, adquiridos por benfeitorias e mediante pagamento dos valores estipulados para a obtenção da honraria, associavam esses proprietários a uma nobreza cujo topo, na figura do imperador e da família real, descendia diretamente das casas reais europeias. Essa associação, por sua vez, representava o elo entre a civilização agrária – e escravista – do Império, da qual eram o esteio econômico e social, e a civilização europeia, crescentemente capitalista e burguesa, mas ainda encimada por uma aristocracia que se renovava de acordo com o tempo (Muaze, 2015; Muaze, 2008; Salles, 2008). O núcleo dessa civilização agrária e desses impérios era constituído pelas grandes casas de vivenda rurais e seu entorno, o quadrilátero funcional e simbólico, onde se desenrolavam as várias atividades produtivas desenvolvidas pelos escravos e suas famílias.

As formas de existência e configuração desses impérios agrários não foram sempre as mesmas. Elas variaram no tempo, de acordo com os momentos de constituição, desenvolvimento e declínio específicos a cada um desses impérios, mas também de acordo com o momento mais geral da região, da economia e do quadro social, político e cultural do próprio país. É o que podemos perceber com a análise do gráfico 1, que posiciona, em uma escala de zero a novecentos escravos, os 71 proprietários do município de Vassouras analisados e sua distribuição no tempo ao longo do século XIX.

Gráfico 1 - Distribuição dos proprietários com 100 ou mais escravos em Vassouras por tamanho de plantel entre 1820-1888



Fonte: Inventários post mortem, Arquivo do Iphan-Vassouras.

Vemos que o primeiro inventário de um megaproprietário aparece em Vassouras no final da década de 1820. Tratava-se de Felipe Ferreira Goulart, proprietário de 102 escravos, que teve seus bens e os de sua esposa, Caetana Rosa de Leme, inventariados em 1829. Os megaproprietários começaram a se tornar mais numerosos nas décadas de 1830 e 1840. Nesta última década, já aparecem os primeiros impérios agrários, com mais de 350 escravos. Um exemplo é o império agrário de Manoel Francisco Xavier, de 1840, com 446 escravos e quatro propriedades. Manoel Francisco tornou-se célebre porque em suas fazendas ocorreu a famosa revolta de escravos liderada por Manuel Congo, em 1838. T tamanha fortuna reaparece na década de 1860, de forma ainda mais concentrada, com potentados de mais de seiscentos escravos. Entre esses últimos, além de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar com seus 835 escravos em 1863, havia seu tio, Joaquim Ribeiro de Avelar, barão de Capivary, falecido no mesmo ano, com 698 cativos e dono da sesmaria do Pau Grande e outras fazendas na freguesia de Paty do Alferes, e seu cunhado, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes, também proprietário de seis fazendas na mesma freguesia, morto um ano antes, que, por sua vez, deixara 645 escravos. Esses dados mostram que Cláudio erguera, na verdade, um império individual no interior do império mais amplo do clã dos Ribeiro de Avelar, em Paty do Alferes, onde dividia o mando local com seus aparentados, os Lacerda Werneck.⁹

O ano de um inventário, ou da realização da avaliação dos bens, diz respeito ao momento da morte de um indivíduo. Nesse sentido, é razoável supor-se que, na maioria dos casos, seus negócios estariam já estabelecidos e, eventualmente, estabilizados ou até mesmo em declínio.¹⁰ Mas nem sempre era dessa forma. Além da morte prematura, o que era, entretanto, excepcional, o ciclo de vida de um indivíduo podia não coincidir com o ciclo de seus negócios. É exatamente isso que verificaremos no caso do inventário de Luís Gomes Ribeiro, patriarca primeiro do império agrário do Guaribú, cujos negócios estavam em ascensão na década de 1840, quando o café contava com uma demanda crescente no mercado internacional.

Voltando ao gráfico 1, vemos que, nas décadas de 1870 e 1880, apenas quatro inventários indicaram posses superiores a 350 escravos. Dois deles, na verdade, eram novas avaliações do mesmo inventário do barão de Guaribú, que permaneceu aberto até a década de 1890. Seu legado continuou representando o maior plantel individual da região. Em 1874, seus 621 escravos superavam, em muito, os 353 cativos arrolados no inventário, de 1873, de Eufrásia Correia e Castro, baronesa de Campo Belo, viúva de Laureano Correia e Castro, e os 372 escravos do inventário de José Gonçalves de Oliveira Roxo, barão de Guanabara, de

9 Reforçando o argumento do poder do clã Ribeiro de Avelar, temos ainda Joaquim Ribeiro de Avelar, filho do barão do Capivary, que herdou sozinho toda a fortuna do pai e das tias. Ele explorou a mão de obra escrava até 1887, quando ganhou o título de visconde de Ubá por prometer alforriar seus escravos em março de 1888. Contudo, em 10 de agosto de 1886, registrou em seu nome na Coletoria de Vassouras, 349 escravos e 121 sexagenários. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 902.

10 Essa é, grosso modo, a consideração de Renato Leite Marcondes (1998) em seu estudo sobre a acumulação escravista, quando apresenta e trabalha com a hipótese do ciclo de vida.

1875. Ainda em 1885, o plantel de 462 cativos legados pelo barão de Guaribú continuava sendo inigualável.¹¹

Esses dados são importantes porque mostram que a análise da composição da família escrava que se fará a seguir está circunscrita a uma forma específica de acumulação da riqueza, da propriedade e da mão de obra na região cafeeira da bacia do Paraíba do Sul, aquela representada pelos grandes impérios agrários. Vejamos as condições de existência da família escrava presentes nos megaplantéis.

COMUNIDADES DE PLANTATION

Como vimos, a maioria dos cativos vivia nas grandes fazendas que formavam as megapropriedades e os impérios agrários. Nessas fazendas, um número maior de escravos acarretava em um número maior de mulheres entre eles, o que propiciava as uniões e, consequentemente, a constituição de famílias. O pertencimento a um mesmo dono e os eventuais elos e meios de comunicação que podiam se estabelecer entre essas fazendas, muitas contíguas umas às outras, também favoreciam a tessitura de laços de sociabilidade mais diversificados que, igualmente, potencializavam a formação de famílias.

O espaço essencial para a formação da família escrava era a senzala. Nas grandes fazendas, elas eram construções térreas, de pau a pique, cobertas de palha ou, eventual e principalmente depois da metade do século, de telhas, o que melhorava as condições de temperatura e umidade do local. Tinham piso de terra batida ou podiam ser assoalhadas. Eram divididas em cubículos, os lanços de senzala, de 9 a 12 m². Cada um desses cubículos tinha uma porta, que abria para o terreiro, e raramente tinham janelas. O padrão era que a ventilação das senzalas fosse fornecida por aberturas gradeadas em madeira situadas na parte superior das paredes, na junção com a cobertura ou o telhado. Cada cubículo abrigava uma família ou um grupo de escravos de mesmo sexo. Em alguns casos, sobretudo em fazendas com escravarias muito numerosas, as senzalas podiam, elas mesmas, formar um quadrilátero, como no caso da fazenda Flores do Paraíso, ou um triângulo, como na fazenda Santo Antônio do Paiol, ambas em Valença (Werneck, 2004).

Era nesses espaços, em geral vizinhos ao local de trabalho nos terreiros, depósitos e engenhos, sob a vista cotidiana de feitores e capatazes, mas também contíguos à morada senhorial e, portanto, igualmente sob as vistas do senhor e em convivência, maior ou menor, com ele e sua família, que se formavam e viviam as famílias escravas. Nesse sentido, no lugar de uma comunidade de senzala, parece-nos mais apropriado falar em uma comunidade de *plantation* (Kaye, 2009).

A comunidade de *plantation*, nas condições específicas do Vale do Paraíba cafeeiro, era uma condição para que o plantel se constituísse em um corpo coletivo de trabalho que deveria funcionar de forma perene, ao longo de um período de tempo prolongado, eventu-

11 Testamento de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, 1863, Arquivo do Iphan-Vassouras.

almente por décadas. Cotidianamente, do soar do sino antes do amanhecer até a contagem e conferência dos escravos no final da lida, o dia de trabalho cativo se misturava com diversas atividades sociais que resultavam em outras formas organizativas, sociabilidades e laços familiares. Com efeito, grandes e megaplantéis de cativos, mesmo os marcados pelo tráfico em sua formação recente, nunca eram apenas um agrupamento reunido para o trabalho. Os altos lucros acumulados pelos diferentes senhores da casa Guaribú com a produção do café, bem como o grande número de uniões familiares entre os escravos deste imenso complexo cafeeiro demonstra que tal plantel funcionava como uma comunidade de *plantation*, que envolvia formas de sociabilidades, vínculos culturais, relações sociais, encorajamento espiritual e vida familiar, para além das funções ligadas estritamente à produção.

Demograficamente, as idades, procedências, aptidões, condições físicas e mentais, crenças e valores dos cativos eram diferenciados. Ainda que houvesse, até a década de 1860, uma predominância de africanos adultos, jovens e do sexo masculino, em seu meio, havia também a presença de mulheres, crianças e idosos, a maioria destes últimos crioulos ou africanos ladinos. Uma parte da vida dessas pessoas era voltada para atividades e formas de convívio que resultavam em outras clivagens organizativas e sociabilidades, inclusive familiares, que não aquelas ditadas diretamente pela produção. O trabalho escravo para existir e produzir requeria e implicava a comunidade de *plantation*. Esta, por sua vez, tinha por base a família escrava durante a vigência do tráfico internacional, e, mais ainda, a partir do momento em que este último foi extinto em 1850 (Borges; Salles, 2015).

Com a ideia de comunidade de *plantation*, visamos romper com a falsa dicotomia entre família escrava, como um ato de vontade e resistência cativa, por um lado, e opressão senhorial, por outro. Nada disso significa, nem por um momento, ignorar as profundas contradições que opunham senhores e escravos, dadas pelos atos de resistência desses últimos ao cativo. Não existisse a revolta escrava como endêmica do mundo escravista, esse não seria o que foi. Ao contrário, ao situarmos a família escrava como um componente da comunidade de *plantation*, acentuamos seu caráter contraditório e, como em relação a outros aspectos da vida nas fazendas e guardadas suas especificidades, sujeita à correlação de forças entre senhores e escravos, tanto no plano local quanto geral.

Nada demonstra melhor essa correlação de forças assimétrica que um inventário senhorial. Ele expressa suas diferentes temporalidades e dimensões: a jurídico-política, que consagra e legitima a propriedade escravista; a da vida do senhor e de seus familiares; do mundo espiritual com as recomendações de missas pelas almas de familiares, afilhados e cativos; e a de seu mundo material com as coisas, bens, terras, animais e ... escravos. Esses aparecem com seus nomes, idades, origens, aptidões, procedência, laços familiares e valores. Aqui, um velho quebrado e sem valor, ali uma mulher avaliada com sua cria ou filha. Mais adiante, fulano, filho de beltrano, já com seu valor individualizado, mas ainda listado em seguida a seus pais, sendo reconhecida, na sua existência própria e em seus valores monetários personalizados, a unidade familiar escrava. Essa ordem de listagem, comum à maioria dos grandes inventários, expressa a contradição inerente à família escrava: gente junta, com laços reconhecidos, mas cada um com seu valor de mercado.

Os inventários senhoriais, como instantâneos do tempo, permitem perceber as eventuais mutações pelas quais passaram as formas de família escrava, conforme as condições de cada período histórico. E, no “caso” da fazenda Guaribú, pela existência de diferentes avaliações dos cativos de uma mesma comunidade de *plantation*. Começamos, então, com a montagem da comunidade de *plantation* nos tempos de Luís Gomes Ribeiro.

FORMAÇÃO DO IMPÉRIO AGRÁRIO E A CONSTITUIÇÃO DO PLANTEL

Em 1841, encerrava-se o inventário de Luís Gomes Ribeiro.¹² Do total de 411 escravos, somente 10% eram crioulos e 30% mulheres, índices que corroboram as altas taxas de masculinidade e de africanidade encontradas nos estudos de Florentino e Góes (1997) e Salles (2008) para os anos em que o tráfico atlântico de escravos se apresentava em pleno vapor. Do total de escravos arrolados, 243 moravam e trabalhavam na propriedade do Guaribú e 168 no sítio dos Encantos. Nas décadas de 1820, 1830 e 1840, quando havia grande procura por mão de obra escrava para a estruturação da economia cafeeira no Vale do Paraíba, a preferência dos grandes senhores era por africanos, em idade entre 16 e 40 anos, por serem considerados com grande força física e aptidão para o trabalho. Porém, a taxa de escravos do sexo feminino encontrada revela uma tendência, já apontada pela historiografia, à valorização da capacidade reprodutiva da mulher cativa em idade fértil no mercado de escravos após 1826, quando foi assinado o primeiro tratado de restrição do tráfico atlântico para o Brasil. Essa tendência se manteve com os tratados de proibição do tráfico que se sucederam. Ou seja, vislumbrando problemas futuros para a obtenção de mão de obra africana, muitos compradores investiram na aquisição de mulheres cativas, o que possibilitaria a reprodução e o crescimento vegetativo em terras brasileiras.

Embora sendo uma fase de instabilidade da família escrava devido à grande desproporção entre o contingente de mulheres e homens, a análise das famílias escravas na fazenda Guaribú na administração Luís Gomes Ribeiro indica a existência de 35 casais, sendo cinco formados por cônjuges africanos e crioulos e trinta exclusivamente por africanos. Dentre as uniões reconhecidas no inventário, 13 delas já tinham gerado 21 filhos crioulos com idades que variavam entre zero e oito anos, demonstrando que a política de incentivo à formação de famílias existia há, pelo menos, uma década no Guaribú. Como exemplo de casamento entre africanos e crioulos temos o enlace de Francisca, crioula de 18 anos, e Custódio, rebolo de 24 anos, pais de Brás de 3 anos e Cândida de 3 meses de vida. Para os casamentos entre africanos, destacamos as uniões de José Maria, calabar, 40 anos, e Felizarda, moçambique, 19 anos, pais de Ignês de 7 anos; e Romualdo de 35 anos e Teresa de 20 anos, ambos de nação Moçambique e pais de Filismina de 5 anos e Sebastião de um ano. Dentre os casados, a idade máxima encontrada foi de 80 anos para os homens (Francisco benguela) e 60 para as mulheres (Ana benguela). Já a idade mínima foi de 24 e 16 anos respectivamente, demons-

12 Inventário de Luís Gomes Ribeiro, 1841, Arquivo do Iphan-Vassouras.

trado que as escravas casavam mais cedo. Contudo, no caso estudado, não se verificou um privilégio de homens africanos mais velhos para a formação familiar.

Para o sítio dos Encantos, nenhuma família foi mencionada. Enquanto o documento da Guaribú privilegiava as uniões familiares, relacionando primeiro os casais e depois os escravos solteiros, o dos Encantos se pautou pelo gênero e idade, começando pelos homens, depois as mulheres e, ao final, as crianças crioulas de zero a oito anos, e o nome das mães podia vigorar ou não como observação. Tratava-se de uma propriedade ainda em fase de implantação e expansão, com sua escravaria recém-adquirida por meio do tráfico atlântico, que, no entanto, também incidia sobre a Guaribú. Em ambas as propriedades encontramos um número significativo de crianças africanas sem descrição de nenhum vínculo familiar, apontando que foram separadas de suas famílias durante a captura na África, ao longo da travessia atlântica, no ato da venda já em terras brasileiras. Essas foram as histórias de Simplício cabinda de 10 anos e Bernardo congo de 9 anos, lotados no sítio dos Encantos, e Ninfa angola e Aleixo congo, ambos com 11 anos e trabalhando na roça da Guaribú. Mesmo assim, a falta de uma relação consanguínea não significa que não possam ter constituído vínculos afetivos familiares e de solidariedade no seio daquela comunidade de *plantation*.

Vemos que a Guaribú era uma fazenda estabelecida, mas ainda em expansão. Dos seus 243 escravos, 209 eram africanos e 34 crioulos. No que compete às idades, apenas nove escravos tinham mais de 50 anos, todos africanos. Dos 34 crioulos, 21 tinham até 11 anos. Cinco africanos tinham essa mesma idade; 19 tinham entre 12 e 13, e 62 tinham entre 14 e 20 anos. Vinte e nove africanos tinham 40 anos ou mais, sendo que um com 66, dois com 70, um com 76 e outro com 80. Rosa era a crioula mais velha, com 38 anos, seguida de Constância com 30. Outros seis cativos, três homens e três mulheres, tinham mais de 20 anos. A idade média do plantel era de 23,7 anos e a dos africanos 26,5 anos. Esses dados de idade evidenciam que Luís adquirira parte do seu plantel já depois de ter se estabelecido com a família na Guaribú. Em 1841, trinta anos após a mudança, somente 29 de seus escravos, todos africanos, tinham 40 anos ou mais. É possível, dessa maneira, se não provável, que tivessem sido adquiridos antes de 1811. Finalmente, o número elevado de africanos com menos de 15 anos no plantel em 1841, 38 ao todo, mostra que Luís ainda estava comprando escravos para a Guaribú nos anos finais de sua vida.

Desse modo, pode-se perceber que nem sempre o ciclo de vida de um indivíduo coincidia com o ciclo de seus negócios. No caso de Luís Gomes Ribeiro, isso fica claro quando examinamos a propriedade que ele, em testamento datado de 1829, deixara para sua esposa: o sítio dos Encantos. Por este documento, ficamos sabendo que Luís recém comprara a propriedade e que ainda a estava preparando para o plantio de café. Doze anos mais tarde, o sítio encontrava-se em plena atividade. Isso pode ser visto pelo exame de seu plantel de 113 escravos, dos quais noventa africanos, dois de nacionalidade ignorada e somente 11 crioulos.¹³ Os africanos tinham a idade média de 21,5 anos, portanto bem mais baixa que aquela

13 Testamento de Luís Gomes Ribeiro, 1829, Arquivo do Iphan-Vassouras.

apresentada na Guaribú. O mais novo, Claudino, de nação mossena, tinha apenas 8 anos de idade. O sítio dos Encantos era uma unidade produtiva em franca expansão. Na ocasião da distribuição dos bens de Luís Gomes Ribeiro, com exceção de Torquato inhambane, de 28 anos e avaliado em 440\$000, que ficou para o filho Paulo, todos os demais permaneceram morando na propriedade que ficou para a esposa Joaquina Matilde e, com seu falecimento, para Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar.

Portanto, temos que quando da morte de Luís Gomes Ribeiro, em plena idade madura, seus negócios ainda se expandiam, principalmente no sítio dos Encantos. Mesmo a Guaribú, sua propriedade principal e mais antiga, apesar de já montada e estabilizada no que chamaremos de comunidade de *plantation*, ainda experimentava um movimento de crescimento, cujos frutos o futuro barão de Guaribú iria se beneficiar.

COMUNIDADE DE *PLANTATION* E FAMÍLIA NA ÉPOCA DA ESCRAVIDÃO MADURA

A formação do plantel de cativos de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar ocorreu antes mesmo de receber a fazenda do Guaribú e o sítio dos Encantos como herança de Luís Gomes Ribeiro de Avelar e Joaquina Matilde de Assunção, pois constava dentre os credores do espólio do pai e fez questão de receber seu pagamento em terras e escravos, demonstrando já estar estabelecido na atividade de fazendeiro-capitalista, em 1841, quando estava na casa dos trinta anos de idade. A listagem de 835 escravos pertencente à primeira avaliação de seu inventário (1863) aponta – pela idade, número elevado de africanos e diversidade de procedências –, que Cláudio se valeu fortemente do tráfico ilegal de escravos entre 1830 e 1850 para ampliar seus negócios. Mas, não foi só isso. O barão do Guaribú também lançou mão do comércio interno para abastecer suas fazendas de mão de obra, sendo arrolados no inventário cativos provenientes da Bahia (34), Corte (11), Iguazu (1) e Minas Gerais (3), e do próprio crescimento vegetativo proporcionado pela estabilidade das famílias escravas no tempo da escravidão madura (Salles, 2008).

Dos 618 escravos listados com procedência (75% do total), 52,2% eram crioulos e 47,8% africanos. Dentre os africanos, 15% eram mulheres e 32,5% delas eram casadas. Para os 85% dos homens africanos, 31,2% possuíam cônjuges. Para os crioulos, o índice de casamentos caía bastante tanto para os homens, quanto para as mulheres, havendo apenas cinco casados de cada gênero. Contudo, esse número deve ser relativizado, porque a média de idade dos crioulos eram bem mais baixa que a dos africanos e muitos não estavam na idade de casar. As escravas africanas possuíam de 40 a 71 anos e os africanos entre 47 e 71 anos. Para os crioulos, os mais novos possuíam um ano de idade e a idade máxima alcançada era 61 para as mulheres e 59 para os homens. De qualquer modo, no total, os escravos casados representavam 24,1% de todo o plantel. Dessa forma, podemos afirmar que estamos diante de uma comunidade de *plantation* madura na década de 1860. Com efeito, além de constituírem um corpo coletivo de trabalho, os escravos já contavam com sociabilidades, vínculos parentais, crenças religiosas, vida familiar, além de colaborações, disputas e querelas, estabelecidas no tempo. Tempo esse que era ditado pela exploração brutal e diária do trabalho, mas também pelas

diferentes percepções individuais que variavam dependendo das histórias de cada um e da própria temporalidade de constituição daquela comunidade de *plantation* (Kaye, 2009).¹⁴

Em 1863, a escravaria do barão de Guaribú aparecia distribuída com 441 escravos na Guaribú, 315 nas Antas, 73 no sítio dos Encantos e seis na Boa União.¹⁵ Estes dados, quando comparados aos dos inventários de seus pais, apontam que as propriedades do Guaribú e das Antas estavam em franca produção. O sítio dos Encantos havia perdido 30% de sua mão de obra na comparação com 1841. Já a fazenda Boa União, com escravos de muita idade, doentes ou listados como “sem valor”, em 1863, seria anexada às Antas para a avaliação de 1874 e assim apareceria com boa produtividade. No que concerne às famílias escravas, temos oitenta famílias na Guaribú, 52 nas Antas, sete nos Encantos e nenhuma na Boa União na primeira avaliação. Boa parte da vida em família vivenciada por aqueles homens, mulheres e crianças se dava no espaço da senzala. Para abrigar o maior plantel do município de Vassouras, o barão possuía: duas senzalas, uma com 25 lances e outra com 24 lances, na Guaribú, além de uma senzala para pajens e outros escravos domésticos; uma senzala com 22 lances nos Encantos e cinco senzalas nas Antas e Boa União, sendo as mesmas divididas em 3, 17, 8, 20 e 13 cubículos.

Para a análise das composições familiares nessas propriedades, denominamos família qualquer vínculo registrado nas listagens utilizadas. Nossa intenção foi incluir os mais diferentes tipos de organização familiar escrava, sem esquecer que esse número certamente seria mais elevado se fossem elencadas as uniões livres, sem a concessão senhorial, e, portanto, não oficialmente registradas, bastante recorrentes no cotidiano das comunidades de *plantation*. Vejamos o quadro a seguir:¹⁶

Composições familiares	Guaribú		Antas		Encantos	
	1863	1874	1863	1874	1863	1874
Casais sem filhos	25	19	12	7	1	0
Mães/avós com filhos/netos	17	17	8	10	0	2
Pais/avós com filhos/netos	0	3	4	4	0	0
Casais com filhos e/ou demais parentes	38	14	28	24	6	4
Total de famílias	80	53	52	55	7	6

Fonte: inventário do barão de Guaribú, 1863. Arquivo do Iphan-Vassouras.

¹⁴ O autor critica os termos *comunidade de senzala* e *comunidade escrava* por sua conotação de grupo harmônico, fechado. E propõe o conceito de *vizinhança escrava* que exacerbaria as relações entre resistência escrava e poder senhorial. Neste artigo, mantemos o termo comunidade, pensando-o como uma *comunidade de plantation*. No entanto, as noções de *vizinhança escrava* e *vizinhança senhorial* de Kaye nos ajudaram a pensar a espacialidade dos impérios agrários, o que será apresentado mais à frente.

¹⁵ Testamento de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, 1863, Arquivo do Iphan-Vassouras.

¹⁶ Optamos por não incluir a avaliação de 1885 na tabela, porque a listagem separava os ingênuos de suas famílias. Essa nova lógica organizativa, fruto da Lei do Ventre Livre, dificultou a análise dos tipos de composição familiar dos escravos. Da mesma forma, a fazenda Boa União não aparece na tabela, pois não possuía famílias escravas em 1863. Seus dados para 1874 estão contabilizados juntamente com a fazenda das Antas, já que nas duas outras avaliações as fazendas aparecem juntas no arrolamento dos escravos.

Os números do quadro confirmam que as propriedades Guaribú, Antas e Encantos possuíam uma comunidade de *plantation* estável, sendo que nas duas primeiras a família escrava estava na base desta estabilidade, principalmente se contarmos o grande número de escravos que viviam acolhidos por vínculos parentais e de crianças nascidas de uniões realizadas no cativeiro, acarretando um crescimento vegetativo positivo da escravaria. O argumento de que estamos diante de uma comunidade de *plantation* estável ganha reforço por outros aspectos.

Primeiro, as composições familiares eram longevas. Na relação de 1863, há 13 composições familiares que estão na terceira geração, o que significa dizer que pelo menos 28 crianças conviveram com seus avós no cativeiro. Em 1874, são seis famílias para 14 crianças. A longevidade de uma mesma família poderia chegar à quinta geração de escravos, como ocorreu com Nazário e o filho crioulo Venceslau, trabalhadores do sítio dos Encantos. Em 1863, Venceslau é descrito como casado com Fortunata monjolo, pai de Emília, Teolinda, Ventura e Alexandrina, e também avô de Fortunata e Faustino, filhos de Emília. Provavelmente, a família habitava um ou dois cubículos dos vinte e dois lances de senzala daquela propriedade. Em 1885, Nazário já era falecido, mas suas bisnetas Fortunata e Alexandrina já haviam dado a luz aos ingênuos: Manoel, Cecília, Maximiliano, Felisberta e Ludovica.

Segundo, uma mesma família variava de composição no tempo e acabava por gerar outros núcleos familiares no seu interior. Tal funcionamento reforça o argumento da estabilidade, mas também enfatiza a família escrava como algo dinâmico e em constante transformação. Nela, os próprios escravos autorreconheciam as unidades familiares existentes e buscavam assegurar sua permanência por meio de mecanismos de controle próprios (proibição do incesto, infanticídio, proteção aos órfãos etc.).

Terceiro, a idade avançada de muitos africanos é um claro indicativo de que aquela comunidade de *plantation* havia se estabelecido e se tornado uma baliza importante para as relações entre os escravos, senhores e escravos, escravos e trabalhadores livres. Um caso interessante para pensarmos esta dinâmica é o da família de Romualdo e Teresa, ambos moçambique. Em 1841, quando foram arrolados como propriedades de Luís Gomes Ribeiro de Avelar, possuíam 35 e 20 anos, respectivamente, e eram pais de Felisbina (crioula, 5 anos) e Sebastião (crioulo, um ano).¹⁷ A família permaneceu unida mesmo após a morte do patriarca confirmando uma tendência já descrita pela historiografia para grandes plantéis.¹⁸ Vinte e dois anos depois, o casal havia tido outro menino de nome Marcelino que possuía um ano de diferença para o irmão Sebastião. O africano Romualdo já era falecido, mas sua esposa Teresa, agora com 42 anos, era avó de Daniel (11 anos), Cândida (9 anos), Bernardino (9 anos) e Romualdo (três anos), este último nomeado em homenagem ao avô. Infelizmente, não

17 Inventário de Luís Gomes Ribeiro, 1841, Arquivo do Iphan-Vassouras.

18 Na mostra de Florentino e Góes para o Rio de Janeiro entre 1790-1835, três a cada quatro famílias permaneciam unidas após a morte do patriarca em grandes *plantations*. No estudo de Garavazo para Batatais, São Paulo, a proporção foi de 86%, o mesmo já não ocorria em fazendas com um número mais diminuto de escravos, em que estes ficaram mais suscetíveis à separação por morte do patriarca ou venda (Florentino; Góes, 1997; Garavazo, 2004).

conseguimos saber quem eram os progenitores das crianças. Mas o fato é que esta família, assim como muitas outras daquela comunidade de *plantation*, permaneceu unida por mais de quarenta anos (1841-1885), tendo sido transferida da Guaribú para as Antas em algum momento entre 1874 e 1885.

A estabilidade e a dinâmica da família escrava nas comunidades de *plantation* também são comprovadas por certas histórias apreendidas dos vínculos, na sua maioria biparentais, descritos nas avaliações. Anselmo, moçambique, pai de Helena e Anselmo crioulo, permaneceu com os filhos após a morte da esposa. Nazário também ficou viúvo e criou Venceslau. Já adulto, Venceslau casou-se com Fortunata e tiveram: Alexandrina, Emília, Teodora e Ventura. Com o nascimento de Faustino e Fortunata, filhos da primogênita Alexandrina, uma família que antes se reduzia somente ao pai e ao filho, agora se tornara extensa e chegava à terceira geração.

Algumas observações realizadas pelo avaliador também mostram o valor da família escrava como elemento organizador das relações dos escravos com outros escravos, senhores e prepostos. Os crioulos João, Idalina, Rosa e Rafael, com 27, 25, 23 e 21 anos, respectivamente, foram listados como órfãos apesar da idade adulta, num claro demonstrativo de que eram irmãos, pertenciam à mesma família e deveriam permanecer juntos quando a divisão dos bens fosse realizada. O mesmo ocorre com anotações do tipo: Gertrudes, “viúva de Quintério cabinda”; Pedro, “filho de Teresa conga”; Josefa, “filha de Francisca mocambique”, identificando quem eram aqueles escravos através de seus familiares já falecidos e reconhecendo a antiguidade de suas famílias naquela comunidade de *plantation*.

Para encerrar, é interessante apontar que as comunidades de *plantation* de um mesmo império agrário não se encerravam em si. Ou seja, não estavam isoladas. Muito embora o cerceamento do movimento e do livre trânsito seja um elemento constitutivo da condição do ser escravo e um importante instrumento de poder senhorial, havia uma circulação, mesmo que regulada, entre os escravos das diferentes propriedades de um mesmo complexo cafeeiro. Documentos de época, como o diário da viscondessa do Arcozelo, por exemplo, indicam o deslocamento de cativos entre propriedades para execução de funções específicas em épocas quando o ritmo de trabalho era intenso.¹⁹ Pelo mesmo motivo, escravos especializados em alguns serviços eram demovidos de suas funções para reforçarem as atividades na lavoura. Ocorria ainda um ir e vir de escravos para o envio de mensagens, entrega de carregamentos, feitura de pequenas compras etc. O testamento do barão do Guaribú, redigido em 26 de agosto de 1839, poucos dias antes de morrer, nos mostra que o trânsito dentro de um mesmo complexo cafeeiro poderia se dar em família, confirmando nosso argumento de que a família era a base para que as comunidades de *plantation* soassem como um corpo coletivo de trabalho. Cláudio deixou o seguinte registro no testamento:

19 No diário da viscondessa do Arcozelo, ela cita no *dia 12 de setembro*: “O Castro mandou vir a gente da Piedade para apanhar café aqui; mandei 6 raparigas e os 2 cozinheiros apanhar café” (Mauad; Muaze, 2004).

Existindo atualmente na fazenda do Guaribú os escravos Marçal carpinteiro, mulher, filhos e irmãos, Faustino Inhambane, pedreiro, Joaquim pedreiro, Inhambane e família, Albério Inhambane, Tomás Caseiro, Modesto Caseiro, Luís Inhambane, tropeiro e família, Mateus tropeiro, Messias tropeiro, Antônio Moçambique, tropeiro, Simão Crioulo, Germano Inhambane, cozinheiro, Sabino tropeiro, que são pertencentes à fazenda das Antas, e que, portanto, fazem parte deste lugar.

Sua determinação era clara. Terminadas as tarefas que foram realizar na Guaribú, os escravos citados nominalmente deveriam retornar ao seu local de moradia: a comunidade de *plantation* das Antas. Sobre deslocamento de escravos, o testamento do barão do Guaribú traz ainda outro aspecto interessante: a determinação de que seus filhos Manoel, Luís e João Gomes Ribeiro de Avelar, herdeiros de porteira fechada das fazendas Antas e Boa União, escolhessem 120 escravos da Guaribú. Em suas palavras: “deixo mais aos ditos Manoel Gomes Ribeiro de Avelar e seus dois irmãos Luís e João cento e vinte escravos da fazenda Guaribú, cujos escravos serão escolhidos pelo legatário Manoel a sua vontade”.

A ordem foi cumprida e três famílias antes moradoras do Guaribú foram identificadas na fazenda das Antas em 1885. Dentre elas, o caso de Mateus moçambique (51 anos) e Feliciano, pais de Manoel Lino (16 anos), Emerenciana (11 anos), das gêmeas Magdalena e Helena (9 anos) e Feliciano (3 anos) é bastante significativo. Em 1885, já morando nas Antas, Mateus era um escravo longevo de 85 anos e o núcleo não contava mais com os irmãos Manoel Lino e Helena. Não podemos afirmar quando entre 1863 e 1885 os escravos foram transferidos. Mas, de qualquer maneira, Mateus já era bem idoso, quando foi escolhido pelos herdeiros do barão. A determinação testamentária dizia 120 escravos e não obrigada à escolha de famílias. Todavia, Mateus foi selecionado juntamente com toda a sua família, mesmo que seu preço e capacidade de trabalho já fossem quase nulos.

Seja para executar pequenas ou grandes tarefas, seja para participar de festas religiosas, funerais e batizados coletivos de escravos, o fato é que a espacialidade conhecida pelos cativos ultrapassava os limites da *plantation* onde viviam. Mesmo no caso de mudanças permanentes como as descritas, os escravos e suas famílias mudavam de comunidade, mas não iam para um espaço de todo desconhecido e indecifrável. Ao transitarem entre propriedades de um mesmo império agrário, eles teciam solidariedades, conflitos, relações amorosas e maritais, reconhecidas ou não pelos seus senhores. Dessa forma, os escravos estabeleciam cotidianamente o que Anthony Kaye (2009) denominou de “vizinhança escrava”. O conceito de vizinhança escrava refuta a ideia da autonomia, colaboração harmônica entre os escravos e busca incluir a dimensão senhorial na análise. Nesse sentido, não há vizinhança escrava, sem uma vizinhança senhorial, sempre maior do que a primeira. As vizinhanças escravas eram, ao mesmo tempo, uma elaboração individual e coletiva, um lugar de trabalho e diversão, de disputa e colaboração, de encorajamento espiritual e exploração brutal, que se ampliava ou contraía dependendo de fatores internos ou externos àquelas comunidades. Elas abarcavam uma gama variada de relações entre os diversos agentes sociais envolvidos: escravos do eito, escravos domésticos, senhores, trabalhadores livres etc.

Assim, se as comunidades de *plantation* de impérios agrários, a exemplo do barão de Guaribú, eram baseadas na família e se faziam necessárias para que os escravos se constituíssem como um corpo coletivo de trabalho na época da chamada escravidão madura; a vizinhança permitia um trânsito controlado de escravos entre as diferentes fazendas, aumentando as chances de se constituírem novas famílias por meio da ampliação da gama de cônjuges. Mas, não era só isso. A vizinhança produzia e era produzida por valores culturais coletivos que diziam respeito às formas de viver em família, às crenças religiosas, às vivências do espaço e outras experiências que permitiam aos senhores migrar escravos de uma propriedade para outra sem que isso incidisse em fortes contestações ou revoltas. Durante os mais de quarenta anos em que administrou seu império agrário, o barão do Guaribú aprendeu a jogar com a prerrogativa de poder senhorial do controle do “movimento”. Não se descuidou dela nem perto de morrer, demonstrando que seu império agrário coincidia com a “vizinhança senhorial” e que sabia a importância disso.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.

BORGES, Magno Fonseca; SALLES, Ricardo. A morte do barão de Guaribú. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

ENGMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis no sudeste brasileiro do oitocentos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto Pinto de. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GARAVAZO, Juliana. *Relações familiares e estabilidade da família escrava: Batatais (1850-1888)*. ENCONTRO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2, 2004. Niterói. *Anais...*, Niterói, Rio de Janeiro, 2004.

GREENHALGH, H. F. B. *De Vassouras: fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ultra-set, 1978.

KAYE, Anthony. *Joining Places: Slave Neighborhoods in the Old South*. North Carolina: University of North Carolina Press, 2009.

_____. Neighbourhoods and Solidarity in the Natchez District of Mississippi: rethinking the Antebellum Slave Community. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 1, p. 1-24, apr. 2002.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (século XIX)*. Lorena (SP): Stilliano, 1998.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MARQUESE, Rafael. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul.-dez. 2005.

MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avelar na fazenda Pau Grande*. Paty do Alferes: mimeo., 1994.

MORENO, Breno A. S. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de bananal, 1830-1860*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH-USP, São Paulo.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1828*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: _____; SALLES, Ricardo. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Camila. *Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida, Bananal, 1854-1888*. 2011. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Formação de Professores da Uerj, São Gonçalo, Rio de Janeiro.

SANTOS, Marco Aurélio dos. *Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro, Bananal, 1850-1888*. São Paulo: Alameda, 2016.

SCARBOROUGH, William Kauffman. *Masters of the Big Houses. Elite Slaveholders of the Mid-Nineteenth-Century South*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

_____. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1986.

TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc. Catálogo da exposição Facchinetti. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2004.

Recebido em 3/1/2017

Aprovado em 30/2/2017